



## Presidente do Equador fará referendo para reforma judicial no país

O presidente do Equador, Rafael Correa, vai fazer uma consulta popular, por meio de referendo, sobre as mudanças que pretende implementar no governo. Entre elas, uma reforma judicial. Para ele, a corrupção no setor é a causa do aumento da criminalidade e da impunidade no país. De acordo com a Agência AFP, a oposição acredita que o presidente quer apenas estender seu poder aos tribunais.

Na segunda-feira (17/1), Correa entregou dez questões — que tratam, entre outros assuntos, da imprensa, da justiça, do setor bancário e das forças de segurança — ao Tribunal Constitucional. O questionário terá de ser validado pela corte antes de ser submetido a consulta popular. Um dos pontos propõe substituir por 18 meses o Conselho da Magistratura — que exerce o conselho administrativo do setor — por uma comissão técnica que reestruturaria o sistema de Justiça.

“Se não mudarmos os juízes ineficientes e corruptos, o país não irá adiante e não poderemos conquistar a tão almejada segurança cidadã”, disse Rafael Correa em rede de televisão nacional. Ele explicou que a comissão provisória deve ser formada por um delegado do presidente, outro da Assembleia Legislativa e um da fiscalização do cidadão, que deverão avaliar os juízes.

Para frear a criminalidade, o presidente chegou a apelar aos militares e ao pagamento de recompensas. Dados divulgados pela Agência France Press apontam que até outubro de 2010, foram denunciados 2.234 assassinatos, 2,3% mais que no mesmo período de 2009, e o aumento de crimes à propriedade, segundo a polícia.

Correa, que governará até 2013, também sugeriu reformar a validade da prisão preventiva, que permite que presos sem sentença um ano depois de sua prisão sejam soltos. “A lei estabelece que um juiz que tenha permitido três caducidades em um ano deve ser destituído, mas temos juízes que permitiram caducidades (...) por mais de 700 vezes e não foram nem multados”, criticou.

**Autores:** Redação ConJur